

Demonstrações Financeiras

**Central Geradora Termelétrica
Fortaleza S.A. - CGTF**

31 de dezembro de 2016

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações
Financeiras

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais.....	4
Demonstração do resultado.....	6
Demonstração do resultado abrangente.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores e acionistas da
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF
Caucaia - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor--Continuação

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras-- Continuação

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/F-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Paulo José Machado', is written over the text of the auditor's name and registration number.

Paulo José Machado
Contador CRC-1RJ 061.469/O-4

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	55.791	13.615
Títulos e valores mobiliários	4	16.782	5.899
Concessionárias e permissionárias	5	128.959	155.806
Tributos a compensar		8.540	11.297
Adiantamentos a fornecedores		8.276	10.061
Outros créditos		15.914	19.653
Total do ativo circulante		<u>234.262</u>	<u>216.331</u>
Não circulante			
Tributos a compensar		14.150	17.503
Depósitos vinculados a litígios		8	15
Tributos diferidos	8	2.980	3.107
Imobilizado	6	639.160	616.262
Intangível		1.830	1.465
Total do ativo não circulante		<u>658.128</u>	<u>638.352</u>
Total dos ativos		<u><u>892.390</u></u>	<u><u>854.683</u></u>

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	7	99.756	103.810
Folha de pagamento		4.211	4.472
Obrigações fiscais	8	84.597	59.165
Dividendos a pagar	11	3.251	22.528
Programa de pesquisa e desenvolvimento		19.994	19.762
Outras obrigações		<u>276</u>	<u>3.127</u>
Total do passivo circulante		<u>212.085</u>	<u>212.864</u>
Não circulante			
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	10	1.660	1.476
Outras obrigações		<u>1.934</u>	<u>2.087</u>
Total do passivo não circulante		<u>3.594</u>	<u>3.563</u>
Patrimônio líquido	11		
Capital social		151.936	151.936
Reserva de capital		141.659	141.659
Reservas de lucros		383.116	347.695
Outros resultados abrangentes		<u>-</u>	<u>(3.034)</u>
Total do patrimônio líquido		<u>676.711</u>	<u>638.256</u>
Total dos passivos e patrimônio líquido		<u><u>892.390</u></u>	<u><u>854.683</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita líquida	12	821.622	810.237
Custo do serviço	13	<u>(522.559)</u>	<u>(618.431)</u>
Lucro bruto		<u>299.063</u>	<u>191.806</u>
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	13	(1.468)	(2.121)
Despesas gerais e administrativas	13	<u>(45.271)</u>	<u>(11.686)</u>
Total das despesas operacionais		<u>(46.739)</u>	<u>(13.807)</u>
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		<u>252.324</u>	<u>177.999</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	14	16.297	28.647
Despesas financeiras	14	<u>(13.404)</u>	<u>(12.494)</u>
		<u>2.893</u>	<u>16.153</u>
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda		<u>255.217</u>	<u>194.152</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	8	(94.109)	(67.731)
Diferidos	8	<u>1.436</u>	<u>(21)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>162.544</u>	<u>126.400</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro líquido do exercício		162.544	126.400
Outros resultados abrangentes			
Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros		4.597	(4.597)
Tributos diferidos sobre ganho (perda) com instrumento financeiro derivativo	8	<u>(1.563)</u>	<u>1.563</u>
Resultados abrangentes do exercício		<u>165.578</u>	<u>123.366</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Reservas de lucros									
Nota	Capital social	Reservas de capital	Legal	Incentivo fiscal	Reforço de capital de giro	Proposta de distribuição de dividendos adicional	Outos resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	151.936	141.659	20.593	200.629	92.601	76.838	-	-	684.256
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	-	-	(76.838)	-	-	(76.838)
Dividendos intercalares	-	-	-	-	(90.000)	-	-	-	(90.000)
Perdas com instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	(4.597)	-	(4.597)
Tributos diferidos s/ instrumentos financeiros	8	-	-	-	-	-	1.563	-	1.563
Lucro líquido do exercício	11	-	-	-	-	-	-	126.400	126.400
Destinações:									
Dividendos mínimos obrigatórios	11	-	-	-	-	-	-	(2.528)	(2.528)
Dividendos adicionais propostos	11	-	-	-	-	123.872	-	(123.872)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	151.936	141.659	20.593	200.629	2.601	123.872	(3.034)	-	638.256
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	-	-	(123.872)	-	-	(123.872)
Perdas com instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	4.597	-	4.597
Tributos diferidos s/ instrumentos financeiros	8	-	-	-	-	-	(1.563)	-	(1.563)
Lucro líquido do exercício	11	-	-	-	-	-	-	162.544	162.544
Destinações:									
Dividendos mínimos obrigatórios	11	-	-	-	-	-	-	(3.251)	(3.251)
Dividendos adicionais propostos	11	-	-	-	-	159.293	-	(159.293)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	151.936	141.659	20.593	200.629	2.601	159.293	-	-	676.711

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	162.544	126.400
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	28.733	28.922
Provisões (reversões) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(20)	(24)
Tributos e contribuições social diferidos	127	21
Encargos financeiros e variação cambial	1.531	1.184
Programa de pesquisa e desenvolvimento	7.350	8.102
Atualização financeira dos depósitos judiciais	-	(70)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber	26.847	(7.342)
Tributos a compensar	6.110	(1.578)
Depósitos vinculados a litígios	7	3.695
Adiantamentos a fornecedores	1.785	(10.063)
Outros	3.739	(1.015)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(1.020)	(86.989)
Folha de pagamento	(261)	(723)
Obrigações fiscais	25.432	27.387
Pagamento das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(6)	(16)
Programa de pesquisa e desenvolvimento	(8.439)	(6.177)
Outros	(3.004)	413
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>251.455</u>	<u>82.127</u>
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	(10.883)	47.438
Aplicações no intangível e imobilizado	(51.996)	(82.895)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	<u>(62.879)</u>	<u>(35.457)</u>
Atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(146.400)	(257.808)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	<u>(146.400)</u>	<u>(257.808)</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>42.176</u>	<u>(211.138)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	13.615	224.753
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>55.791</u>	<u>13.615</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>42.176</u>	<u>(211.138)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Notas explicativas as demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

1. Informações gerais

A CGTF - Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. ("Companhia" ou "CGTF"), com sede no município de Caucaia, CE, é uma sociedade de capital fechado e tem por objeto o estudo, projeto, construção e exploração dos sistemas de produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. Em outubro de 2001, a CGTF foi autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica. Contudo, o início das atividades operacionais deu-se em 27 de dezembro de 2003.

A CGTF tem como principais operações:

- Contrato de venda de energia - 2.690 GWh/ano (equivalente a 307 MW médios), firmado com a Companhia Energética do Ceará - COELCE (parte relacionada) pelo prazo de 20 anos a contar de janeiro de 2004, a preço regulado pela ANEEL o qual é reajustado anualmente por uma cesta de indicadores composta pelas variações do IGPM, do dólar norte-americano e do gás natural contratado;
- Contrato de compra e venda de gás natural firmado com a Companhia de Gás do Ceará ("CEGÁS"), com interveniência da Petrobras, o pelo prazo de 20 anos a contar de janeiro de 2004, sendo o seu cotado mensalmente em dólar-americano. Este contrato confere exclusividade de fornecimento pela CEGAS à Companhia, bem como define premissas de mínimas e máximas de consumo associadas ao preço a ser pago pela Companhia.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de fevereiro de 2017.

2. Principais políticas contábeis

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, instrumento financeiro derivativo - *hedge* e provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

2.2. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- ▶ Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- ▶ A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

b) Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge a valor justo representado pelas Non-Deliverable Forward (“NDF’s”), visando a proteção dos compromissos futuros em moeda estrangeira (USD) estabelecidos no contrato de abastecimento de gás.

Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

A Nota 15 inclui informações mais detalhadas sobre o instrumento financeiro derivativo contratado pela Companhia.

c) Hedge a valor justo

A mudança no valor justo de um derivativo de hedging é reconhecida na demonstração do resultado como custos financeiros. A mudança no valor justo do item objeto de hedge relacionada ao risco objeto de hedge é registrada como ajuste do valor contábil do item objeto de hedge, sendo também reconhecida na demonstração do resultado como custos financeiros.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Para hedges a valor justo relacionados com itens contabilizados a custo amortizado, eventuais ajustes a valor contábil são amortizados por meio do resultado ao longo do prazo restante do hedge utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ter início tão logo se faça um ajuste e durará, no máximo, até a data em que o item objeto de hedge deixa de ser ajustado para refletir mudanças no valor justo atribuível ao risco que está sendo objeto de hedge.

Se o item objeto de hedge for baixado, o valor justo não amortizado deverá ser reconhecido imediatamente no resultado. Quando um compromisso firme não reconhecido for designado como item objeto de hedge, a variação acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco objeto de hedge será reconhecida como ativo ou passivo, com reconhecimento do correspondente ganho ou perda no resultado.

A Nota 15 inclui informações mais detalhadas sobre o instrumento financeiro derivativo contratado pela Companhia.

2.4. Imobilizado

O ativo imobilizado em serviço é demonstrado ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as quais se encontram alinhadas com os critérios previstos na Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016). Os itens do ativo imobilizado serão totalmente depreciados até o final da autorização concedida pela ANEEL.

2.5. Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A Companhia reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais e Spot no

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Companhia, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

Para todos os instrumentos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao valor contábil líquido inicial do instrumento financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.6. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2016

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") foram revisados e tiveram a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2016. Dada à natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
<p>Alterações à IAS 16 e à IAS 38: Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização</p> <p><i>O propósito destas alterações é esclarecer o princípio na IAS 16 Ativo imobilizado e na IAS 38 Ativos intangíveis em que a receita reflete um modelo de benefícios econômicos gerados com base na operação de um negócio (do qual o ativo faz parte), em vez dos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo. Como resultado, um método baseado em receita não pode ser utilizado para fins de depreciação de ativo imobilizado, podendo ser utilizado somente em circunstâncias muito limitadas para amortizar os ativos intangíveis. As alterações são aplicadas de forma prospectiva e não têm impacto sobre a Companhia, uma vez que não foi utilizado o método baseado em receitas para amortização dos ativos não circulantes</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.</p>
<p>IFRS 14: Contas Regulatórias Diferidas</p> <p><i>Esta norma é opcional e que permite a uma entidade cujas atividades estão sujeitas a regulação de tarifas continuar aplicando a maior parte de suas políticas contábeis para saldos de contas regulatórias diferidas no momento da primeira adoção das IFRS. As entidades que adotam a IFRS 14 devem apresentar contas regulatórias diferidas como rubricas em separado no balanço patrimonial e apresentar movimentações nesses saldos contábeis como rubricas em separado no balanço patrimonial e outros resultados abrangentes.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.</p>
<p>Melhorias anuais (Ciclo 2012-2014)</p> <p><i>Conjunto de melhorias necessárias, porém não urgentes, e que alteraram as seguintes normas: IFRS 5, IFRS 7, IFRS 10, IFRS 12, IAS 1, IAS 19, IAS 28 and IAS 34.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.</p>

2.7. Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 31 de dezembro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
<p>Iniciativa de Divulgação: Alterações ao CPC 26 / IAS 7</p> <p><i>As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2017.</p>
<p>Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas - Alterações ao CPC 32 / IAS 12</p> <p><i>As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2017.</p>
<p>IFRS 9: Instrumentos Financeiros</p> <p><i>Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e que completa o projeto do IASB para substituir o IAS 39 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. Esse projeto foi dividido em 3 fases:</i></p> <p><i>As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) segregação dos ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; (iii) extinção do conceito de derivativos embutidos.</i></p> <p><i>Essa versão final do IFRS 9 substitui a versão anterior da norma.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.</p>
<p>IFRS 15: Receita de contratos com clientes</p> <p><i>Esta nova norma é aplicável a todos os contratos com clientes exceto leases, instrumentos financeiros e contratos de seguro. O objetivo é tornar a informação financeira mais comparável e prover um novo modelo para o reconhecimento de receitas e requerimentos mais detalhados para contratos com múltiplas obrigações. Também requer uma informação mais detalhada. Essa norma substitui as normas IAS 11 e IAS 18 assim como suas interpretações (IFRIC 13, IFRIC 15, IFRIC 18 e SIC 31)</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.</p>

IFRS 16 Leases – Arrendamentos

IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil

Períodos anuais
iniciados em 1º de
Janeiro de 2019.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e depósitos bancários	760	622
Aplicações financeiras		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	22.662	-
Operações compromissadas	16.382	-
Total de aplicações diretas	<u>39.044</u>	<u>-</u>
Fundos exclusivos		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	40	5.280
Operações compromissadas	15.947	7.713
Total de fundos exclusivos	<u>15.987</u>	<u>12.993</u>
Total de aplicações financeiras	<u>55.791</u>	<u>13.615</u>

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs e operações compromissadas. Os investimentos tem alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis e com risco insignificante de perda de valor.. Dada a natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI.

4. Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Fundos de investimentos exclusivos		
Títulos Públicos	12.786	5.778
LF - Letra Financeira	3.996	121
Total de títulos e valores mobiliários	<u>16.782</u>	<u>5.899</u>

Através de fundos exclusivos, a Companhia aplica seus excedentes de caixa em títulos públicos pós-fixados e pré-fixados, além de outros instrumentos tradicionais de renda fixa com baixo risco de crédito e alta liquidez.

5. Concessionárias e permissionárias

	<u>A vencer</u>	<u>Vencidos até 90 dias</u>	<u>Vencidos há mais de 90 dias</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Concessionárias e permissionárias	7.516	51	34.432	41.999	65.142
Partes relacionadas (vide nota 9)	121.392	-	-	121.392	125.096
Subtotal	<u>128.908</u>	<u>51</u>	<u>34.432</u>	<u>163.391</u>	<u>190.238</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(34.432)	(34.432)	(34.432)
Total circulante	<u>128.908</u>	<u>51</u>	<u>-</u>	<u>128.959</u>	<u>155.806</u>

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

6. Imobilizado

Descrição	Vida útil (anos)	2016			2015		
		Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido
Terrenos		1.055	-	1.055	1.055	-	1.055
Edificações e outros imóveis	40	7.291	(2.809)	4.482	7.291	(2.587)	4.704
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	26	721.830	(332.636)	389.194	721.767	(304.288)	417.479
Veículos	7	948	(868)	80	948	(825)	123
Móveis e utensílios	16	11.284	(11.184)	100	11.285	(11.165)	120
Total do Imobilizado em Serviço		742.408	(347.497)	394.911	742.346	(318.865)	423.481
Imobilizado em andamento		244.249	-	244.249	192.781	-	192.781
Total do Imobilizado em Curso		244.249	-	244.249	192.781	-	192.781
Total do Imobilizado		986.657	(347.497)	639.160	935.127	(318.865)	616.262

A movimentação do imobilizado está demonstrada como segue:

	Saldos em 2015	Adições	Depreciação	Transferências	Saldos em 2016
Terrenos	1.055	-	-	-	1.055
Edificações	4.704	-	(222)	-	4.482
Máquinas e equipamentos	417.479	-	(28.347)	62	389.194
Veículos	123	-	(43)	-	80
Móveis e utensílios	120	-	(20)	-	100
Imobilizado em andamento	192.781	51.530	-	(62)	244.249
	616.262	51.530	(28.632)	-	639.160

7. Fornecedores

	31/12/2016	31/12/2015
Energia	36.643	44.578
Materiais e serviços	48.854	45.252
Partes relacionadas (vide nota 9)	10.778	9.268
Outros	3.481	4.712
Total	99.756	103.810

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

8. Obrigações fiscais

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL	61.945	37.485
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	17.032	15.568
Contribuição para financiamento da seguridade social- COFINS	2.727	3.105
Programa de integração social - PIS	586	670
Instituto nacional de seguridade social - INSS	440	295
Outros	1.867	2.042
Total	<u>84.597</u>	<u>59.165</u>

Imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2016</u>		<u>31/12/2015</u>	
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	255.217	255.217	194.152	194.152
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 240/ano	10%	-	10%	-
	<u>(63.780)</u>	<u>(22.970)</u>	<u>(48.514)</u>	<u>(17.474)</u>
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(4.242)	(1.681)	(1.297)	(467)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(68.022)</u>	<u>(24.651)</u>	<u>(49.811)</u>	<u>(17.941)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(69.145)	(24.964)	(49.796)	(17.935)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.123	313	(15)	(6)
Total	<u>(68.022)</u>	<u>(24.651)</u>	<u>(49.811)</u>	<u>(17.941)</u>
Total efeito no resultado		<u>(92.673)</u>		<u>(67.752)</u>

Imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>Balancos Patrimoniais</u>		<u>Demonstrações do Resultado e Resultado Abrangente</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
IR e CS sobre diferenças temporárias	1.797	1.544	253	(21)
Provisão para ações judiciais e regulatórias	652	589	63	(18)
Provisões de materiais e serviços	1.145	955	190	(3)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado	1.183	-	1.183	-
Marcação a mercado swap	1.183	-	1.183	-
Impacto no resultado de exercício	2.980	1.544	1.436	(21)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	-	1.563	(1.563)	1.563
Variação cambial	-	1.563	(1.563)	1.563
Total	<u>2.980</u>	<u>3.107</u>	<u>(127)</u>	<u>1.542</u>

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

9. Partes relacionadas

	31/12/2016			31/12/2015		
	Ativo circulante	Passivo circulante	Receita (despesa)	Ativo circulante	Passivo circulante	Receita (despesa)
COELCE - Companhia Energética do Ceará (a)	115.120	-	1.001.871	125.096	-	910.770
Enel CIEN S.A. (b)	-	59	(508)	-	54	(536)
Enel Soluções S.A.	-	1	-	-	1	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada (d)	6.272	4.005	(88.443)	-	-	-
Enel Green Power (c)	-	2.568	(21.980)	-	6.182	(71.007)
Enel Itália	-	96	-	-	-	-
Enel Iberoamérica	-	70	-	-	-	-
Enel SPA (e)	-	3.979	(3.823)	-	3.032	(3.032)
Total	121.392	10.778	887.117	125.096	9.269	836.195

- a) COELCE - Companhia Energética do Ceará - Os saldos referem-se exclusivamente às operações de venda de energia por parte da Companhia.
- b) Enel CIEN - Os saldos incorridos estão relacionados com as despesas com o uso da rede básica no período.
- c) Enel Green Power - Os saldos incorridos estão relacionados com as despesas de Energia Incentivada.
- d) Enel Green Power Cachoeira Dourada - Os saldos incorridos estão relacionados com as receitas/despesas de Energia Incentivada e Convencional.
- e) Enel SPA - O contrato corresponde a prestações de serviços relativos à tecnologia, estruturais e de disponibilização de recursos.

Remuneração da Administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 2.745 (R\$ 2.064 em 2015). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

10. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Provisões com risco provável

	31/12/2015	31/12/2016			Saldo acumulado
	Saldo acumulado	Adições (reversões)	Atualizações monetárias	Pagamentos	
Trabalhistas	41	(3)	15	(6)	47
Cíveis	537	(17)	16	-	536
Fiscais	898	-	179	-	1.077
Total	1.476	(20)	210	(6)	1.660

Contingências passivas com risco possível

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	Causas possíveis	
	31/12/2016	31/12/2015
Trabalhistas	56	49
Cíveis	47	3
Fiscais	89.529	75.491
Total	89.632	75.543

PIS e COFINS

A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil por divergências entre os montantes de PIS e COFINS declarados e os montantes escriturados nos períodos de novembro de 2003 a fevereiro a novembro de 2004. A Companhia aguarda o julgamento de seu recurso pelo CARF. O valor atualizado do auto de infração é de R\$ 80.090 em dezembro de 2016 (R\$ 75.491 em 2015).

ISS

Execução Fiscal apresentada pelo município de Caucaia para cobrança de supostos débitos de ISS referente ao período de 2006 a 2010. A Companhia apresentou Embargos à Execução Fiscal e aguarda julgamento de primeira instância. O valor atualizado do auto de infração é de R\$ 9.439 em dezembro de 2016.

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

Ações ordinárias nominativas (sem valor nominal), distribuídas pela seguinte composição:

	<u>Unidade</u>	<u>%</u>
Enel Brasil S.A.	151.935.779	100%
Outros	3	0%
Total	151.935.782	100%

b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de 2% sobre o lucro líquido do exercício após as deduções legais, para pagamento de dividendos mínimo obrigatório.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro líquido do exercício	162.544	126.400
Dividendos mínimos obrigatórios	3.251	2.528
Dividendos adicionais propostos	159.293	123.872

c) Reserva legal

A Companhia deixou de constituir reserva legal por atender ao disposto no art. 193 § 1º da Lei 6.404/76 onde a soma das reservas de capital e a reserva legal excedeu 30% do capital social.

d) Reservas de capital

Corresponde ao benefício da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE apurado até 31 de dezembro de 2006 no montante de R\$ 141.659, o qual foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme disposto no art. 200 da Lei 6.404/76, não sendo incluída na base de cálculo dos dividendos.

e) Reserva de incentivo fiscal

Corresponde a reserva criada, a partir da introdução da lei 11.638/07, para a alocação do incentivo fiscal relativo ao lucro da exploração de benefício da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. A parcela do resultado destinada a essa reserva não é incluída na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. A Companhia gozava de incentivos fiscais até o ano-base de 2013.

f) Reforço de capital de giro

O estatuto da Companhia prevê que a destinação do lucro remanescente após as destinações de dividendos e demais reservas será destinado à reserva de reforço de capital de giro, para posterior aprovação em Assembleia Geral e seu saldo não pode exceder o

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

montante do capital integralizado, conforme os termos do artigo 32, alínea d, VIII do estatuto social da Companhia.

g) Outros resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia liquidou todas as operações classificadas como *hedge* de fluxo de caixa.

12. Receita líquida

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas bruta		
Suprimento de energia elétrica	67.929	132.518
Suprimento de energia elétrica com empresa relacionada (vide nota 9)	1.001.947	910.770
Outras receitas e rendas	77.650	68.617
	1.147.526	1.111.905
Deduções da receita bruta		
Programa de integração social - PIS	(7.633)	(8.107)
Contribuição para financiamento da seguridade social- COFINS	(35.221)	(37.394)
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	(274.857)	(247.309)
Pesquisa e desenvolvimento	(7.350)	(8.102)
Taxa de fiscalização	(843)	(756)
	(325.904)	(301.668)
Total	821.622	810.237

13. Custo e despesas operacionais

	Custo de serviço	Despesas com vendas	Despesas gerais administrativas	31/12/2016	Custo de serviço	Despesas com vendas	Despesas gerais administrativas	31/12/2015
Pessoal	(11.772)	(1.475)	(4.211)	(17.458)	(9.515)	(1.474)	(5.463)	(16.452)
Administradores	(1.018)	(10)	(2.451)	(3.479)	(385)	(619)	(938)	(1.942)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(263.364)	-	-	(263.364)	(320.904)	-	-	(320.904)
Serviços de terceiros	(5.083)	-	(1.887)	(6.970)	(6.129)	-	(2.387)	(8.516)
Energia elétrica comprada no mercado	(184.417)	-	-	(184.417)	(226.860)	-	-	(226.860)
Custo pelo uso do sistema de transmissão	(19.677)	-	-	(19.677)	(18.854)	-	-	(18.854)
Reversão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	20	20	-	-	24	24
Depreciação e amortização	(28.654)	-	(79)	(28.733)	(28.831)	-	(91)	(28.922)
Outras	(8.574)	17	(36.663)	(45.220)	(6.953)	(28)	(2.831)	(9.812)
Total	(522.559)	(1.468)	(45.271)	(569.298)	(618.431)	(2.121)	(11.686)	(632.238)

14. Resultado financeiro

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	11.354	17.412
Ganhos swap	1.872	-
Variação cambial ativa	2.276	10.956
Outras receitas financeiras	795	279
Total das receitas financeiras	<u>16.297</u>	<u>28.647</u>
Despesas financeiras		
Encargos financeiros	(955)	(4.716)
Perda swap	(5.621)	(43)
Atualização financeira de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(210)	11
Variação cambial passiva	(1.512)	(4.499)
Outras despesas financeiras	(5.106)	(3.247)
Total das despesas financeiras	<u>(13.404)</u>	<u>(12.494)</u>
Total do resultado do financeiro	<u>2.893</u>	<u>16.153</u>

15. Objetivos e políticas para a gestão de riscos financeiros

Considerações gerais

A Companhia possui políticas e estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Para tanto, mantém sistemas de controle e acompanhamento gerenciais das transações financeiras e seus respectivos valores, com a finalidade de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e depósitos em bancos e instituições financeiras. Este risco é avaliado como baixo, tendo em vista a política de cobrança e negociação com os seus clientes, bem como pela política de gerenciamento financeiro administrado pela tesouraria da Companhia. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados nas Notas 3, 4 e 5.

A única operação de *hedge* contratada pela Companhia foram as *Non-Deliverable Forward* (NDF's) para proteção do fluxo de pagamentos dos compromissos futuros em moeda estrangeira (USD) estabelecidos no contrato de abastecimento de gás.

b) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

Valoração dos instrumentos financeiros

Os títulos e valores mobiliários registrados nas demonstrações financeiras estão contabilizados a valor de mercado.

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, assim como as taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

	Categoria	Nível	31/12/2016		31/12/2015	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	55.791	55.791	13.615	13.615
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	16.782	16.782	5.899	5.899
Concessionárias e permissionárias	Empréstimos e recebíveis	2	128.959	128.959	155.806	155.806
Passivo						
Fornecedores	Outros passivos financeiros	2	99.756	99.756	103.810	103.810
Instrumentos financeiros derivativos	Outros passivos financeiros	2	3.481	3.481	4.712	4.712

Os títulos e valores mobiliários registradas nas demonstrações financeiras aproximam-se do valor justo, pois são efetuadas a juros pós-fixados e apresentam liquidez imediata.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- ▶ Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- ▶ Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- ▶ Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Instrumento financeiro derivativo

A estimativa do valor de mercado das operações de swaps foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela BM&FBOVESPA na posição de 31 de dezembro de 2016. O valor de mercado do instrumento financeiro (*NDF*) de 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 3.481.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

		31/12/2016			
		Categoria	Nível	Contábil	Valor Justo
Passivo					
Instrumentos financeiros derivativos	Outros passivos financeiros		2	(3.481)	(3.481)

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção do fluxo de pagamentos em moeda estrangeira vinculado ao contrato de abastecimento de gás. Em 31 de dezembro de 2016 havia 1 (um) contrato de NDF de dólar, a fim de diminuir a exposição às flutuações da moeda estrangeira, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Valores de Referência		Valor Justo 31/12/16	Efeito Acumulado até 31/12/2016	
					Moeda Estrangeira	Moeda Local		Valor a receber/recebido	Valor a pagar/pago
					31/12/2016	31/12/2016			
Contratos de swaps:									
(+) Ativo				USD	USD 5.751	R\$ 18.669	R\$ 18.619	-	-
(-) Passivo	Itaú	22/04/16	24/01/17	BRL			R\$ 22.100	-	-
(=) Ajuste							-R\$ 3.481	R\$ -	-R\$ 3.481

Operação de Derivativo

Os NDFs foram contratados com o Banco Itaú protegendo os pagamentos de maio de 2016 a janeiro de 2017, referente aos montantes estabelecidos como pagamentos mínimos obrigatórios do contrato de abastecimento de gás, das parcelas de *Take/Ship or Pay*.

Em 31 de dezembro de 2016, os custos não realizados dos NDFs totalizavam posição passiva no valor justo de R\$ 3.481 e a contrapartida deste montante está reconhecida diretamente no resultado do exercício. O vencimento do NDF ocorrerá conforme descrito abaixo:

	Menos de um mês	Total
NDF BRLxUSD	(3.507)	(3.507)
	(3.507)	(3.507)

Análise de sensibilidade sobre os instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças na moeda estrangeira da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Vide abaixo análise de sensibilidade no hedge da Companhia estabelecida com uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos aos contratos de NDFs.

Contrato	31/12/2016	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
Swap ponta ativa	18.619	13.959	(4.660)	9.288	(9.331)
Swap ponta passiva	(22.100)	(22.100)	-	(22.100)	-
Total	(3.481)	(8.141)	(4.660)	(12.812)	(9.331)

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

16. Compromissos

A Companhia mantém compromisso de suprimento de energia firmado junto à parte relacionada Coelce, conforme segue:

	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>
Receita bruta	1.050.888	1.102.571	1.146.050	1.179.359	1.211.056

17. Participação nos resultados

A Companhia possui o programa de participação dos empregados nos resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Companhia até sua respectiva área, além de uma avaliação comportamental para cada colaborador.

O montante dessa participação reconhecido no resultado do exercício de 2016 foi de R\$ 1.980 (R\$ 1.012 em 2015).

18. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Enel, também mantemos um seguro de responsabilidade civil. As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

<u>Riscos</u>	<u>Data de vigência</u>		<u>Importância segurada</u>	<u>Limite máximo de indenização</u>
	<u>De</u>	<u>Até</u>		
Risco operacional	01/11/2016	31/10/2017	R\$ 949.228	R\$ 3.482.032
Responsabilidade civil	01/11/2016	31/10/2017	N/A	R\$ 636.220